

Editorial

Sistema Brasileiro de Avaliação

O sistema de avaliação da educação brasileira vem sendo paulatinamente construído desde os primeiros anos da década de 70. Contrariando a freqüente afirmação de que o país se caracteriza pela descontinuidade das medidas educacionais, a avaliação cresce a largos passos e se aperfeiçoa visivelmente, graças especialmente à decidida forma com que o Ministro Paulo Renato de Souza a tem destacado em sua gestão à frente da pasta de Educação.

Introduzida primeiro na da pós-graduação, a avaliação dos cursos e programas desse nível alcançou a maturidade e está chegando agora à sua consolidação. Atualmente, é inadmissível e, de fato, impensável considerar que os mestrados e doutorados possam subsistir e desenvolver-se sem contar com o sofisticado sistema em prática, que se estende a todas as atividades e demonstra um poder de ajuste satisfatório a diferentes realidades e propostas institucionais.

O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), instalado cerca de duas décadas mais tarde, vem-se concentrando na avaliação do ensino fundamental e através de amostragens focaliza sobretudo as redes de ensino. Com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entretanto, a partir de amostras individuais voluntárias ou amostras estaduais, excetuados alguns Estados que se decidiram pela cobertura do universo, a luz se desloca das redes para os alunos.

Entre um e outro, foi instituído o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que, de modo discreto, tem vencido as resistências. Apesar de apresentar desenvolvimento muito lento, saliente-se sua contribuição ao estabelecimento progressivo, nas entidades de ensino superior do país, do imprescindível diálogo entre a missão e as realizações institucionais a fim de que as instituições avançadas, como um todo, se coloquem à altura das transformações que lhes estão sendo solicitadas.

O conjunto compreendido pela avaliação da pós-graduação, SAEB, ENEM e PAIUB impressiona a qualquer estudioso ou especialista não apenas pela magnitude, mas igualmente pela diversidade de focos adotada: o curso ou programa no caso da avaliação da pós feita pela CAPES, a rede no segundo caso (SAEB), o aluno no

terceiro (ENEM) e a instituição no último (PAIUB). Evidentemente, os quatro sistemas ainda carecem de aperfeiçoamento e de articulação entre si e, conseqüentemente, da definição de linhas de levantamento e pontos de conexão mais uniformes, que permitam análises mais seguras e intervenções de política educacional mais conscientes e menos pontuais.

Intencionalmente, deixamos de incluir na série apresentada o Exame Nacional de Cursos, nacionalmente conhecido como "provão". Voltado para a avaliação de cursos pré-determinados e longe de cobrir todas as áreas de formação existentes entre nós, o "provão" tem permitido notáveis avanços na consolidação do sistema de avaliação.

O Exame Nacional de Cursos, aliás, tem absorvido apreciáveis volumes energia política. O resultado dos embates, porém, revela uma acelerada redução no contingente dos seus adversários. Vencidas as reações iniciais, o "provão" reconheça-se veio para ficar. Com todas as deficiências que ainda possam ser apontadas, o fato é que se admite com lisura que, sem ele, a situação tenderia, com certeza, a piorar. Não vemos qualquer probabilidade de que sofra um retrocesso.

Só não se pode admitir, nem cremos que é esta a intenção do governo, que seja ele o único indicador de qualidade dos cursos superiores. É preciso, pelo menos e sem demora, avaliar também os corpos docentes e cada docente individualmente, avaliar a pesquisa, o trabalho social e outros de extensão e avaliar a participação dos estudos e das instituições superiores nos grandes movimentos de reflexão no mundo e no país.

Com o alerta, ficam também claras as necessidades de desenvolvimento, nos próximos anos, do que já podemos denominar de Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação:

- primeiramente, a articulação entre os diferentes subsistemas de avaliação, pois como estão sendo praticados, não se entrosam adequadamente, têm finalidades distintas, obedecem a modelos modelos ou lógicas especiais e se referem ou se realizam em momentos ou circunstâncias diferenciados;
- paralelamente, a identificação em cada nível de suas necessidades específicas de avaliação e o seu empenho, objetivando o respectivo atendimento. O que se espera nas quatro séries iniciais do ensino fundamental não é o mesmo que se pede das quatro séries finais e difere muito do que se pretende dos demais níveis de ensino. A avaliação docente, por exemplo, depende do nível de ensino, da área de ensino e até da modalidade de ensino, pouco havendo de co-

num entre a situação do ensino fundamental, do médio e do superior e da pós. É urgente definir simultaneamente, em cada nível, o que seja de seu maior interesse avaliar no conjunto dos sistemas educacionais e o modo ou modos como deva ser obtido;

- em terceiro lugar, a necessidade de definição das chamadas qualificações da informação, que permitam identificar se e quais aprendizagens foram obtidas e se o foram graças à escolarização, que revelem se as propostas de cada sistema ou rede correspondem às realidades e solicitações dos diversos extratos socioeconômicos, além de outras indicações;

- em quarto, o trabalho de revigoramento sistêmico e de transformação institucional, que visa à consolidação ou à criação de sistemas educacionais e de redes de alta qualidade e ao fortalecimento institucional das escolas, faculdades, centros universitários e universidades.

No plano nacional e, principalmente no estadual, inúmeras iniciativas vem sendo tomadas para reverter o rumo dos acontecimentos, alcançando, então, melhores resultados em termos de quantidade e de qualidade. O mesmo também se verifica na órbita especificamente institucional, se bem que mais timidamente.

As ações de avaliação, como se sabe, são sucedidas de medidas de apoio, de orientação, de superação dos problemas encontrados e não apenas de intervenções punitivas que, se necessárias, em casos extremos, devem ser também tomadas.

Perduram, no entanto, as atitudes céticas diante das penalidades que o governo possa determinar ou os prejuízos que o mercado possa impor aos recalcitrantes. E o ritmo de mudança continua muito aquém do de que se precisa. Não estamos num jogo de soma zero em que só se ganha se alguém perde. A continuar dessa forma, todos perderemos.

O jogo, porém, pode ser de ganhos gerais, coletivos, institucionais e individuais. E isso uma vez mais é uma questão primordialmente de vontade política, de seriedade institucional, de respeito aos professores e estudantes e, inegavelmente, de atuação estratégica, para que se aproveitem os bons sinais e os bons ventos de mudança, já trazidos e incorporados com o que se tem feito em favor de bons sistemas de avaliação no Brasil.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira